



Seminário “O 25 de Novembro de 1975: 50 anos depois”
Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 25 de Novembro de 2025

‘Estabilizar, organizar e desenvolver o possível’. As implicações da crise militar do Verão quente de 1975 nas políticas de educação

António Teodoro

Permitam-me que comece por saudar a Comissão Organizadora do Seminário, na pessoa da Professora Maria Inácia Rezola, que torna possível a realização desta necessária iniciativa. Vivemos um tempo de revisionismo histórico, que procura minimizar o papel da Revolução dos Cravos de Abril de 1974 (e do processo de transição, num contexto de democracia pós-revolucionária, que se lhe seguiu) na construção do Portugal democrático e na sua plena inserção no espaço europeu e mundial.

Em segundo lugar, permitam-me que recorde um amigo desaparecido precocemente, quando dedicava toda a sua vida à reconstituição memorialística da Revolução (e da participação dos militares no processo de transição), que estaria aqui seguramente entre nós em lugar destacado. Refiro-me ao Comandante Carlos de Almada Contreiras, exemplo de militar de Abril desde a primeira hora, com quem tive a honra de trabalhar sob o seu comando, entre maio e novembro de 1975, a que se seguiu uma amizade (e cumplicidade) que perdurou.

A ação militar do 25 de Abril foi desencadeada e realizada pelo Movimento das Forças Armadas, organizada a partir da oficialidade intermédia, autonomamente face à hierarquia militar. Todavia, consumado o derrube do Estado Novo, o MFA entregou o “exercício do poder político” a uma junta

constituída por oficiais gerais e oficiais superiores dos três ramos das Forças Armadas, a Junta de Salvação Nacional, a quem coube, nos termos do Programa do MFA, indicar o Presidente da República de entre os seus membros. A este, ainda segundo o programa, competia, “após assumir as funções”, nomear o Governo Provisório civil composto por “personalidades representativas de grupos e correntes políticas e personalidades independentes que se identifiquem com o presente programa”.

Indicado pela Junta de Salvação Nacional para exercer as funções de Presidente da República, ao General António de Spínola competiu a escolha do primeiro-ministro e a indigitação do Governo Provisório civil. Pensando inicialmente em Veiga Simão para liderar esse governo, Spínola não teve condições políticas para levar por diante essa sua intenção, acabando por convidar, depois de recusar os três nomes propostos pela Comissão Coordenadora do Programa do MFA, uma personalidade com um perfil conservador-liberal, na expressão de António Reis, da sua inteira confiança, Adelino da Palma Carlos (Reis, 1994). Contudo, será a Veiga Simão que Spínola recorrerá para a elaboração do Programa do I Governo provisório, que virá a ser aprovado por um decreto da Junta de Salvação Nacional (Decreto-lei 203/74, de 15 de maio).

Para além da (co)autoria do Programa do Governo provisório, Veiga Simão vai procurar, no dizer de um de seus outros colaboradores próximos, que o “que se tinha feito na Educação não se perdesse” com a revolução, desdobrando-se em contactos e convites para a equipa do Ministério da Educação. Convidou e assegurou a presença de Eduardo Correia, um professor de Direito da Universidade de Coimbra, como Ministro da Educação. Inicialmente, Veiga Simão procurou colocar três dos seus mais diretos colaboradores como Secretários de Estado, o que não conseguiu devido à contestação que os meios estudantis e do professorado começavam já a desenvolver, exigindo o saneamento do Ministério, bem como à oposição de sectores do MFA e de personalidades como Francisco Pereira de Moura, na altura Ministro sem Pasta do Governo provisório. Contudo, a Veiga Simão ainda se deveu a estrutura da equipa ministerial, com a criação da

Secretaria de Estado da Reforma Educativa, e a indicação de Protes da Fonseca para a Secretaria de Estado da Administração Escolar.

A intenção de levar por diante a Lei 5/73, com os seus instrumentos legislativos regulamentadores complementares e o planeamento de meios previsto no IV Plano de Fomento, na nova situação revolucionária, começou imediatamente a ser posta em causa. No movimento social, as reivindicações iam no sentido de que um Portugal novo exigia uma *reforma educativa nova*, o que seria um trabalho para *homens novos*.

Enquanto a periferia explodia em reivindicações e iniciativas provenientes de todos os sectores da vida escolar e académica, o aparelho do Ministério da Educação entrava em paralisia total. As manifestações atropelavam-se diariamente à porta do Ministério, perante a completa incapacidade do Ministro Eduardo Correia em definir uma orientação e traçar um rumo, ao mesmo tempo que manifestava uma acentuada propensão para ceder às reivindicações que se expressassem de uma forma mais vigorosa. Embora tendo optado por manter inalterados os quadros dirigentes do Ministério, estes serão, em geral, mantidos à margem de todas as decisões. Na própria equipa ministerial, os Secretários de Estado acabaram por pedir coletivamente a demissão ao Primeiro-Ministro, demarcando-se, desse modo, da política de cedências do Ministro Eduardo Correia, nomeadamente face às reivindicações dos estudantes quanto aos critérios de avaliação.

Na sequência da crise (ou golpe) que leva o seu nome, Adelino da Palma Carlos acaba por apresentar a demissão. Para o seu lugar é indicado pela Comissão Coordenadora do MFA, com o apoio do General Costa Gomes, o Coronel Vasco Gonçalves. Spínola opõe-se inicialmente, indicando outros militares, mas estes não aceitam. A nomeação de Vasco Gonçalves para chefiar o II Governo Provisório significou a intenção do MFA de desempenhar um papel mais ativo na governação, tanto na frente interna como, sobretudo, no processo de descolonização, onde se verificava um enorme braço de ferro entre as posições federalistas de Spínola e o reconhecimento à autodeterminação dos territórios coloniais, como estava inicialmente previsto no Programa do MFA.

Para o II Governo, António de Spínola começou por convidar Protes da Fonseca para Ministro da Educação, mas colocando como condição a saída de Avelãs Nunes da Secretaria de Estado da Juventude e Desportos. Perante a não aceitação por parte de Protes da Fonseca dessa condição, o processo de escolha do sucessor de Eduardo Correia foi já conduzido pelo Primeiro-Ministro indigitado, Vasco Gonçalves, que pediu aos Secretários de Estado que transitavam do I Governo Provisório, com exceção de Orlando de Carvalho (que saía do Governo), que escolhessem um novo Ministro. Depois de uma primeira sugestão, a de Joaquim Santos Simões, recusada por Spínola, a escolha recaiu em Vitorino Magalhães Godinho, um prestigiado historiador e professor universitário demitido de funções docentes pelo Estado Novo, que manteve na sua equipa os referidos Secretários de Estado - Protes da Fonseca, Maria de Lurdes Belchior e Avelãs Nunes -, e convidou para a nova Secretaria de Estado da Orientação Pedagógica, surgida em lugar da extinta Secretaria de Estado da Reforma Educativa, Rui Grácio. A composição da equipa do Ministério da Educação e Cultura gerou então um braço de ferro entre Spínola, de um lado, e Vasco Gonçalves e Magalhães Godinho, do outro, pois Spínola continuava a querer impor o afastamento de Avelãs Nunes, porque, segundo argumentava, este estava *ligado aos comunistas*.

O projeto de transição que Magalhães Godinho pretendeu protagonizar não estava isento de contradições, que estarão, aliás, na base da sua demissão em novembro de 1974. Essas contradições vão manifestar-se, no campo propriamente da educação, na avaliação de algumas das inovações antes introduzidas no sistema educativo por Veiga Simão, tendo por pano de fundo a questão da expansão escolar e a democratização do acesso à educação, bem como as prioridades internas ao sistema educativo. Depois, no campo político geral, o projeto e a forma de agir de Magalhães Godinho exigiam um Estado forte e com uma direção única, nos antípodas do Estado dual que caracterizava fortemente esse período da vida nacional.

A demissão de Magalhães Godinho verificou-se num contexto de progressivo agravamento da situação escolar, atingindo tanto o ensino secundário, particularmente os liceus, como o ensino universitário, confrontado com a impossibilidade de receber todos os alunos que terminavam o ensino

secundário e atravessado por violentos conflitos entre organizações partidárias pelo controlo das escolas, em especial nas universidades de Lisboa e Coimbra.

A incapacidade do Ministério da Educação em garantir um normal funcionamento das atividades escolares começou a preocupar as instâncias de poder político-militar, sobretudo pelas consequências negativas de tal situação no desgaste da base social de apoio da revolução. Perante as dificuldades em encontrar uma personalidade civil consensual para o Ministério da Educação, Vasco Gonçalves e a Comissão Coordenadora do MFA decidiram-se pela atribuição da pasta a um militar, o que, por sugestão de Otelo Saraiva de Carvalho, veio a recair no Tenente-Coronel Rodrigues de Carvalho. Com esta decisão procurava-se, através de um ministro militar, fazer convergir as duas legitimidades - a revolucionária do MFA e a político-administrativa do Governo Provisório, acreditando-se que, desse modo, estaria facilitada a relação com os movimentos estudantis mais radicais e com as próprias Forças Armadas, sempre que se tornasse necessário que estas intervissem para reporem a legalidade, através do seu comando próprio, o COPCON.

E é no contexto da *aceleração na caminhada* que, após a remodelação governamental subsequente ao 11 de Março [de 1975], se verifica a substituição do apagado Tenente-Coronel Rodrigues de Carvalho pelo Major José Emílio da Silva, indigitado à época para Presidente do Conselho de Administração da RTP (não tendo tomado posse) e que, no seio do MFA, integrava a chamada *esquerda militar*.

A derrota da esquerda militar no seio das estruturas do MFA, em agosto de 1975, teve como consequência imediata, no plano governativo, a queda do V Governo provisório e a constituição de um novo governo, obedecendo a critérios bem distintos (uma distribuição de ministros de acordo com a representatividade eleitoral das eleições de abril de 1975).

Embora o VI Governo provisório tenha mantido o Ministério da Educação sob a influência dominante do MFA, verificaram-se importantes alterações na composição política dos seus titulares: a um Ministro e a um Secretário de Estado (da Administração Escolar) pertencentes à chamada *esquerda militar* - Major José Emílio da Silva e Capitão Fonseca Almeida - sucedem, nos mesmos cargos, dois

outros militares, pertencentes ao chamado *grupo dos nove*, a corrente vencedora da crise do MFA - Major Vítor Alves e Comandante Mário de Aguiar. Quanto às outras Secretarias de Estado, verificou-se a substituição de Avelãs Nunes (anteriormente indicado pelo PCP) por António Brotas (indicado pelo PS) na Secretaria de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica, o preenchimento do lugar de Rui Grácio (indicado inicialmente pelo PS, mas que se afastara da orientação imprimida pela liderança de Mário Soares) na Secretaria de Estado da Orientação Pedagógica por Bártolo Paiva Campos (independente, que, mais tarde, veio a ter papel de relevo no PRD) e a permanência de Silva Graça (indicado pelo PCP) na Secretaria de Estado dos Desportos e Ação Social Escolar.

A forma como Vítor Alves foi convidado para titular da pasta da Educação no VI Governo provisório constitui um episódio político delicioso e característico desse período: “No dia para a posse do VI Governo Provisório, eu tinha ido à Presidência da República para receber uma missão, que era a de ir a Timor resolver os problemas relacionados com a descolonização de Timor. Tinha tudo previsto para partir no dia seguinte - já tinha até o bilhete de avião na minha mão - e ia receber as últimas instruções do Presidente da República. Quando entro no seu gabinete, estava com o Presidente da República, o Almirante Pinheiro de Azevedo, que era o indigitado Primeiro-Ministro. Sento-me num sofá e eles dois sentaram-se em cadeiras à minha frente, e põem-me o seguinte problema: ‘Vítor Alves, você tem que ser Ministro da Educação, porque os partidos não apresentam, não querem apresentar ninguém para a Educação’.”

As alterações verificadas ao nível dos titulares políticos se representaram um conjunto de ruturas a nível pessoal (António Hespanha, 2002), conduziram a uma «desaceleração no sector, onde um capitão de Abril ainda parece cobrir a retirada e querer, suponho, evitar o pior» (Rui Grácio, 1981). Sujeito a uma enorme pressão do PS, e dos partidos à sua direita, e olhado com extrema desconfiança pelo PCP e pelas organizações de extrema-esquerda, Vítor Alves procurou orientar a sua ação no Ministério da Educação em torno do que o próprio designa, em linguagem vincadamente militar, de três missões: «estabilizar, organizar e desenvolver o possível».

Tendo realizado poucas mudanças ao nível dos quadros dirigentes do Ministério, com a exceção significativa do sector do ensino superior, o VI Governo provisório, assumiu, na educação como possivelmente em outros campos políticos, o estatuto de um governo de transição (R. Grácio, 1981), mantendo, no essencial, as orientações e reformas delineadas em anteriores governos, como foi o caso paradigmático do lançamento do ensino secundário unificado, mas não iniciando novos processos nem estabelecendo novas orientações (Rogério Fernandes, 1977), salvo no campo da educação de adultos e do combate ao analfabetismo, onde procedeu a uma revisão completa das orientações até aí seguidas, sobretudo pelos IV e V Governos provisórios (A. Melo & A. Benavente, 1978).

Múltiplos podem ser os balanços deste período de transição numa democracia pós-revolucionária (Fishman, 2019). No plano da historiografia da educação permanece consensual o balanço apresentado por Rui Grácio (1981) e por Stephen Stoer (1986): a revolução permitiu não apenas uma remobilização da reforma Veiga Simão, mas, sobretudo, uma reformulação dos objetivos da reforma educativa, dando-lhes novas dimensões nos campos da participação democrática, da igualdade de oportunidades de sucesso na educação, dos conteúdos das aprendizagens e da ligação à sociedade.

As maiores ruturas vão-se verificar mais tarde, quando Mário Sottomayor Cardia sobraça a pasta da Educação e Investigação Científica no I Governo constitucional liderado por Mário Soares. Mas isso já é outra história.